



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ITABIRA/MG
Rua Senhora do Carmo 148 - Pará - Itabira/MG - CEP: 35800-040
Tel: 31.3839-1300 - Fax: 31.3839-1301 - www.saae.itabira.com.br

Parecer Jurídico 175/2021

Licitação Referência: Processo Licitatório nº 109/2021, modalidade Pregão Eletrônico nº 27/2021

Em cumprimento, esta Procuradoria recebeu e analisou, em conjunto com a área técnica responsável pela elaboração do termo de referência, as razões de recurso da empresa recorrente e as contrarrazões da empresa interessada.

Examinando cada ponto discorrido na peça recursal da empresa MAKE EMPREENDIMENTOS E CONSTRUTORA LTDA., em conformidade com a legislação e com os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais correlatos, conforme discorre a seguir:

1) DA TEMPESTIVIDADE E MOTIVAÇÃO DA INTENÇÃO DE RECORRER

A empresa recorrente manifestou a intenção de recorrer e apresentou o seu recurso em 29/11/2021. A empresa demonstra sua irrisignação diante de sua desclassificação.

Nos termos do memorando de fls. 91 a diretora técnica declara que os atestados apresentados referem-se a execuções genéricas, não sendo possível comprovar se houve a prestação de serviços similares e compatíveis com o objeto licitado.

A empresa interessada apresentou contrarrazões recursais em tempo hábil.

2) DA COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DO RECURSO

A motivação da intenção de recorrer exige do licitante a indicação, ainda que mínima, do erro ou da ilegalidade cometida pelo pregoeiro e que torna nulo o procedimento ou parte dele. Ao pregoeiro compete avaliar se essa indicação existe ou não. Existindo, um dos pressupostos recursais estará preenchido e o recurso poderá ser recebido. Caso contrário, o recurso não será admitido.

No entanto, não cabe ao pregoeiro avaliar, no exercício de sua competência, se o erro ou a ilegalidade apontada é procedente e determinante para a modificação do ato impugnado. Essa análise envolve o próprio mérito da razão recursal e somente poder ser decidida pela

Jussara Almeida
R. M. P.



autoridade superior.

Interessante trazer à baila o entendimento do Tribunal de Contas da União registrado no Acórdão nº 3.151/2006 - 2ª Câmara, no qual o relator exprime a necessidade de o pregoeiro exercer o juízo de admissibilidade acerca das manifestações de intenção de recorrer que lhes são apresentadas, *in verbis*:

A finalidade da norma é permitir ao pregoeiro afastar do certame licitatório aquelas manifestações de licitantes que, à primeira vista, revelam-se nitidamente proleptórias seja por ausência do interesse de agir, demonstrada pela falta da necessidade e da utilidade da via recursal, seja por ausência de requisitos extrínsecos como o da tempestividade. Essa prerrogativa atribuída ao pregoeiro não fere as garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório e se coaduna com os princípios da eficiência e celeridade processual que presidem as licitações da espécie.

Resta clara a competência do pregoeiro para negar a intenção de recorrer em casos em que as manifestações dos licitantes tiverem como única intenção procrastinar o procedimento licitatório.

Portanto a admissibilidade do recurso cabe ao pregoeiro. Enquanto a decisão de mérito compete à autoridade superior.

3) DA SÍNTESE DOS PEDIDOS

O recorrente se insurge em face de sua desclassificação no Pregão Eletrônico 27/2021, requerendo a reconsideração da decisão e, por via de consequência, a sua classificação.

4) DO MÉRITO

A recorrente alega que apresentou toda a documentação exigida no Edital para sua a habilitação, incluindo o seu atestado de capacidade técnica com total similaridade e compatibilidade com o objeto licitado.

Destaca os seguintes itens atestados: escavação de valas, aterro mecanizado, fornecimentos de tubos PVC.

Ocorre que o objeto da presente licitação tem como principal item o fornecimento e a instalação de fossas sépticas com filtros anaeróbicos e biodigestores.

Justificação
[Assinatura]

Tem-se que conforme analisado e averiguado pela área técnica os atestados apresentados não fazem qualquer referência à execução de fossas, além disso não consta qualquer alusão a filtros anaeróbicos e biodigestores.

A mera execução de escavação de valas e aterros constituem serviços acessórios não sendo capaz de demonstrar a capacidade de executar fossas.

Destaca-se que no que diz respeito ao fornecimento da fossa, este é um equipamento específico da área de saneamento, consta nos atestados da recorrida apenas a entrega de tubos, mas não há qualquer indicação de que a empresa já forneceu fossas. Esclarece-se que não há qualquer similaridade entre os tubos e as fossas, aquele é apenas parte da montagem.

Quanto à similaridade, seria aceitável um atestado no qual a empresa demonstrasse que no mínimo tenha executado fossas sépticas de qualquer tipo, porém não é o que ocorre com os atestados apresentados pela recorrente.

A cláusula 10.2.4.3 é clara ao exigir que a licitante apresente atestado que demonstre no mínimo 50% da execução de serviços similares e compatíveis. Os atestados apresentados pela recorrida não atingem tal montante já que a maioria das execuções comprovadas não fazem parte do objeto ora licitado.

Os atestados de qualificação técnica tem por finalidade conferir a aptidão dos licitantes principalmente para possibilitar uma segurança para a administração de que haja a correta e eficaz execução do serviço, por tais razões é de fundamental importância a análise minuciosa e criteriosa dos documentos apresentados.

Importante destacar o ensinamento do saudoso Professor Hely Lopes Meirelles acerca da vinculação ao edital:

“A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, as propostas, ao julgamento e ao contrato. Em outras palavras, estabelecidas as regras do certame, tornam-se obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes, inclusive para o órgão ou entidade licitadora.”

Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital o modo e forma de participação dos licitantes, bem como as condições para a elaboração das ofertas, e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento ou no contrato se afastasse do estabelecido, e admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. **O edital é a lei interna da licitação, e, como tal vincula aos seus**



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ITABIRA/MG
Rua Senhora do Carmo 148 - Para - Itabira/MG - CEP: 35960-046
Tel: 31 5839 1300 - Fax: 31 3899 1301 - www.saeitabira.com.br

termos tanto os licitantes quanto a Administração que o expediu. É impositivo para ambas as partes e para todos os interessados na licitação.” (grifo nosso) Licitação e contrato administrativo, 10 ed. - São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991, p. 29. (grifo nosso)

Tem-se portanto que a inobservância de qualquer dos requisitos exigidos no instrumento convocatório leva à inabilitação e / ou desclassificação do concorrente, notadamente considerando o fato de que a Administração Pública busca contratar a proposta que observe todos os requisitos legais e formais no edital.

A documentação mínima exigida no edital, tem por finalidade a padronização e especialização dos equipamentos e serviços do SAAE de Itabira, objetivando a garantia da qualidade do processo de tratamento de esgoto.


Assim, resta claro que os atestados apresentados não atendem à exigência do edital, devendo ser mantida a desclassificação da recorrente.


5) DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, opina-se pelo INDEFERIMENTO do recurso apresentado.

Salvo melhor juízo é o parecer.

Itabira, 15 de dezembro de 2021


Jussara Meireles Deiró – Matrícula 1598
Advogada - OAB/MG 157.875


Maria Edduarda Oliveira Fonseca – Matrícula 1616
Engenheira Sanitarista
Diretora Técnica Operacional